



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO – RO
Gerência das Comissões

LEI Nº _____
DOM Nº _____
AUTÓGRAFO Nº 201/2025
PROJETO DE LEI Nº 4871/2025
AUTORIA: VEREADOR PASTOR EVANILDO

"Autoriza o Poder Executivo a instituir, no âmbito do Município de Porto Velho, o Programa Escola Amiga da Diversidade Cultural nas unidades da Rede Municipal de Ensino, e dá outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, usando das atribuições que lhe é conferida no inciso IV, do art. 87 da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.

FAÇO SABER que a **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**, aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Programa Escola Amiga da Diversidade Cultural, com o objetivo de promover ações de acolhimento, valorização e inclusão de estudantes imigrantes, indígenas, quilombolas, ribeirinhos e de outras comunidades culturais diversas, no âmbito das escolas públicas da Rede Municipal de Ensino de Porto Velho.

Art. 2º O programa terá como diretrizes:

- I – o respeito à identidade cultural, linguística e social dos estudantes;
- II – a implementação de práticas pedagógicas que reconheçam e valorizem as culturas presentes no ambiente escolar;
- III – a formação continuada de professores e servidores da escola sobre multiculturalidade, antidiscriminação e direitos humanos;
- IV – o fortalecimento do vínculo entre escola, família e comunidade;
- V – o combate à xenofobia, ao preconceito e à exclusão no ambiente escolar



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO – RO
Gerência das Comissões

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Selo Escola Amiga da Diversidade Cultural, com o objetivo de reconhecer, anualmente, as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino que se destacarem na implementação das ações previstas nesta Lei.

§1º O Selo terá caráter pedagógico, simbólico e de reconhecimento público, podendo ser concedido em versões física e digital.

§2º A Secretaria Municipal de Educação definirá, por meio de regulamento próprio, os critérios, prazos e procedimentos para a concessão, monitoramento e eventual revogação do selo.

§3º A divulgação das escolas agraciadas com o Selo poderá ser feita nos canais oficiais da Prefeitura, da Câmara Municipal e das próprias escolas.

Art. 4º A Secretaria Municipal de Educação poderá firmar parcerias com universidades, organizações da sociedade civil e instituições nacionais ou internacionais para apoiar as ações previstas neste programa.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gerência das Comissões, 03 de dezembro de 2025.

Ver. FRANCISCO GEDEÃO BESSA HOLANDA DE NEGREIROS
Presidente CMPV
- 2025/2026 -



Assinado por **Francisco Gedeão Bessa Holanda De Negreiros** - - Em: 03/12/2025, 11:55:04